

HOMOSSEXUALIDADE NA ESCOLA: REVISÃO DE LITERATURA

HOMOSEXUALITY IN SCHOOLS: LITERATURE REVIEW

Daniel Cerdeira De Souza¹

Nazilene Oliveira da Silva²

Alessandra Nogueira de Mello³

RESUMO

O estudo objetivou analisar a literatura sobre a homossexualidade na escola. Trata-se de uma revisão integrativa da literatura onde 18 artigos colhidos no Portal Periódicos Capes foram analisados mediante o procedimento de Análise de Conteúdo. Como resultados, foi possível a construção de sete categorias: 1) A homossexualidade, a escola e o segredo; 2) A identidade homossexual na adolescência; 3) Preconceitos e discriminações na escola; 4) Professores e a discriminação contra homossexuais na escola; 5) Homossexualidade e trabalho docente; 6) Formação de professores e a diversidade sexual; 7) Enfrentamento a discriminação homofóbica na escola. Foi possível observar que a escola funciona como uma instituição guardiã da heterossexualidade e pra isso, utiliza as ideologias dominantes sobre sexualidade e gênero, reproduzindo desigualdades sociais e mantendo sob vigilância e punição os corpos que não se adequam a ela, se omitindo do real enfrentamento ao preconceito.

Palavras-chaves: Homossexualidade; Escola; Gênero; Orientação sexual; Sexualidade.

176

ABSTRACT

This study aimed to analyze the literature on homosexuality in schools. This integrative literature review analyzed 18 articles collected from the CAPES Periodicals Portal using Content Analysis. The results led to the identification of seven categories: 1) Homosexuality, school, and secrecy; 2) Homosexual identity in adolescence; 3) Prejudice and discrimination in schools; 4) Teachers and discrimination against homosexual individuals in schools; 5) Homosexuality and teaching work; 6) Teacher education and sexual diversity; 7) Confronting homophobic discrimination in schools. The findings indicate that schools function as institutions that guard heterosexuality and, to this end, rely on dominant ideologies regarding sexuality and gender. In doing so, they reproduce social inequalities and keep bodies that do not conform to these norms under surveillance and punishment, while often failing to effectively confront prejudice.

¹ Doutor em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Mestre em Psicologia pela Universidade do Amazonas (UFAM). Bacharel em Psicologia em Universitário do Norte (UNINORTE). Docente do Instituto de Natureza e Cultura da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). E-mail: dancerdeira01@gmail.com

² Licenciada em Ciências - Biologia e Química pelo Instituto de Natureza e Cultura da Universidade Federal do Amazonas (2012). Licencianda em Pedagogia no Instituto de Natureza e Cultura (INC/UFAM). E-mail: nazioliveira86@gmail.com

³ Licencianda em Pedagogia no Instituto de Natureza e Cultura (INC/UFAM). E-mail: alessandra.nog.melo@hotmail.com

Keywords: *Homosexuality; School; Gender; Sexual orientation; Sexuality.*

1. INTRODUÇÃO

A palavra escola tem origem no grego *σχολή* (*scholē*) e significa ‘estudo’ (Japiassú, Marcondes, 2008). Libâneo (2009) a define como uma instituição social que tem como função promover, de modo sistemático e intencional, o processo de ensino e aprendizagem dos conhecimentos historicamente acumulados necessários à formação humana. Para Saviani (2014), a escola é um espaço institucionalizado da educação formal, em que os conhecimentos humanos são socializados visando a inserção crítica dos indivíduos na sociedade. Ela exerce um papel crucial, pois transmite conhecimentos, valores, normas e cultura, de forma que a vivência escolar prepara o indivíduo para o convívio em sociedade.

Para além de uma função social formadora, a escola também exerce funções que não são tão claras, mas rigidamente instituídas. Conforme Althusser (2022), o Estado perpetua e mantém a ordem social dominante através de aparelhos repressivos (como as polícias, por exemplo) e por aparelhos ideológicos. A escola é um dos aparelhos ideológicos pois sua função principal não seria transmitir conhecimentos, mas reproduzir a ideologia da classe dominante para garantir a submissão das classes subordinadas, preparando os indivíduos para se enquadrarem na ordem social vigente por meio da qualificação para o trabalho e do ensino persistente, doutrinador e persuasivo das ideologias dominantes e seus valores, por vias que incluem práticas pedagógicas, avaliações, disciplinas e processos simbólicos de premiação e punição. Por fim, a escola funciona como um instrumento para a reprodução das relações de produção capitalistas, moldando os sujeitos conforme as necessidades da classe dominante e mesmo que essa reprodução não ocorra sem contradições e resistências, a escola atua de forma a neutralizá-las para garantir a continuidade do sistema.

Bourdieu (2015) explica que a escola é um espaço central na reprodução das desigualdades sociais, sobretudo por não ser neutra, já que valoriza e legitima o capital cultural, ou seja, o conjunto de conhecimentos, habilidades, linguagem e códigos culturais que um indivíduo herda de sua família favorecida, visto que a cultura escolar é similar a cultura dos grupos sociais detentores de capital cultural hegemônico. Assim, os estudantes que chegam à escola com esse capital cultural pré-existente tendem a ter mais facilidade na escolarização,

enquanto aqueles que não têm acesso a essa bagagem cultural são colocados em posição de desvantagem, sendo muitas vezes vistos como “sem futuro”. Esse processo reforça as desigualdades sociais pois produz o que o autor chamou de violência simbólica: uma imposição cultural que legitima as desigualdades sociais como naturais.

Já Foucault (1975) compreende a escola como uma instituição disciplinar fundamental para o exercício do poder na sociedade, moldando e controlando os corpos e comportamentos dos indivíduos por meio de técnicas específicas como a vigilância contínua, a organização espacial, a sanção normalizadora, o exame e o uso de sinais para impor obediência. Essa forma de poder – o disciplinar – não é simplesmente repressivo, mas produtivo, pois cria saberes e subjetividades por meio dessas práticas e desse modo, esse poder se manifesta na escola por meio de uma vigilância hierárquica permanente e invisível sobre os alunos, que são treinados a obedecer de forma automática a regras e comandos, tornando-se corpos dóceis e úteis economicamente à ordem social vigente.

A partir dessas compreensões, é possível perceber que a escola também é um campo de disputa ideológica e política em relação à sexualidade. Nesse sentido, o objetivo deste estudo foi analisar a literatura sobre a homossexualidade na escola. Foucault (1988) nos explica que as normas sobre a sexualidade, gênero e comportamento sexual não são naturais e fixas, mas construções históricas e sociais, produzidas e reguladas por discursos, instituições e práticas de poder, criando categorias como “normal” e “anormal”, que regulam/controlam os corpos e identidades.

Dessa forma, considerando a escola como um lugar de vigilância constante (Foucault, 1975) de valorização e de reprodução das ideologias das classes dominantes (Althusser, 2022; Bourdieu, 2015), a homossexualidade ocupa, nesse contexto, uma posição de desvalorização e marginalização. É possível considerar que o funcionamento da escola se estrutura com base na heteronormatividade — embora não se restrinja exclusivamente a ela. Segundo Louro (1997), esse conceito refere-se a um processo social e cultural que impõe e reafirma a heterossexualidade como algo natural e normativo. Tal perspectiva articula identidade de gênero, orientação afetivo-sexual e comportamentos sexuais dentro de um único modelo tido

como legítimo: a heterossexualidade. E na escola, esse padrão exerce uma função reguladora, silenciando outras expressões da sexualidade e do gênero, como a homossexualidade.

Conforme pesquisa da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABLGTT, 2016) sobre as experiências de adolescentes e jovens LGBT nos ambientes educacionais, que teve 1016 participantes de 13 a 21 anos de idade, foi observado que especificamente em relação a orientação sexual: 60% dos estudantes LGBT se sentiram inseguros na escola no ano de 2015; 73% relataram ter sido agredidos verbalmente e 27% foram agredidos fisicamente em razão de sua orientação sexual dissidente; 48% ouviram frequentemente comentários LGBTfóbicos feitos por colegas e 36% consideraram a resposta dos profissionais da escola ineficaz para prevenir ou interromper essas agressões. A pesquisa discutiu ainda que as principais consequências dessas experiências foram o sentimento de insegurança, a retenção e evasão escolar, queda no rendimento, depressão e sensação de exclusão.

A Pesquisa Nacional sobre o Bullying no Ambiente Educacional Brasileiro (2024), conduzida pela Aliança Nacional LGBTI+ em parceria com o Instituto Unibanco, ouviu 1.170 estudantes LGBT de todas as regiões do país. Os resultados apontaram para a escola como um ambiente hostil para estudantes dissidentes da heteronormatividade, com consequências negativas para a saúde mental e na permanência escolar. Alguns resultados podem ser destacados: 90% dos estudantes LGBTI+ relataram ter sofrido agressões verbais na escola em 2024. Os principais agressores foram colegas (97%), mas também educadores (34%) e membros da gestão escolar (16%). Apenas 31% buscaram ajuda na escola após agressões, e a maioria considerou a resposta institucional ineficaz.

Conforme dados da agência Todos pela educação (2023), temas voltados a diversidade sexual e de gênero tem cada vez menos espaço nas escolas. Com base nos dados do Sistema Nacional de Avaliação Básica (Saeb), do Ministério da Educação, a organização mostrou que, em 2011, 34,7% das escolas no país relataram ter ações voltadas para o combate ao machismo e a homofobia. Em 2017, essa porcentagem chegou a 43,7%. Em 2021, no entanto, caiu para o menor patamar, 25,5%, o que significa que três a cada quatro escolas no Brasil não têm ações voltadas para combater esse tipo de preconceito.

Já conforme a pesquisa de Neves, Nogueira e Levandoski (2024), uma parte significativa dos professores desconhece como abordar a homossexualidade em sala de aula e ainda foi observado que alguns professores têm a ideia equivocada de que a homossexualidade seria uma doença. Além disso, existem barreiras institucionais contundentes que proíbem de forma dita e não dita que se aborde a diversidade sexual nessas instituições, faltando apoio das gestões locais e das políticas públicas (Soares, Monteiro, 2019). A partir do exposto até aqui, elencamos a relevância de um estudo como o apresentado em tela. Assim, a pergunta que norteia esse trabalho é: como a literatura tem discutido a homossexualidade na escola?

2. METODOLOGIA

O estudo é resultado de um projeto de iniciação científica do Instituto de Natureza e Cultura (INC) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), sendo financiado com uma bolsa de iniciação científica da própria universidade, edital PROPESP/UFAM 05/2025. Trata-se de uma revisão integrativa (RI), fundamentada em dados teóricos e empíricos, seguindo o proposto por Whitemore e Knafl (2005), a partir dos seguintes passos:

1) Identificação do problema: O objetivo desta revisão foi analisar a literatura publicada, no formato de artigos científicos, entre 2014 e 2024, sobre a temática da homossexualidade no contexto escolar.

2) O segundo passo consistiu na coleta dos dados. O processo teve início com a definição dos descritores de busca - “Homossexualidade” e “Escola” - validados nos Descritores da Biblioteca Virtual em Saúde (DeC's/BVS). A base de dados selecionada foi o Portal de Periódicos da CAPES, escolhida tanto por oferecer acesso público a artigos científicos quanto por disponibilizar estudos de caráter interdisciplinar, considerando que o tema pode ser analisado a partir das ciências humanas e sociais. A coleta foi realizada em 9 de março de 2024. Os critérios de inclusão adotados foram: artigos publicados em periódicos indexados, escritos em língua portuguesa e publicados entre janeiro de 2014 e dezembro de 2024, abordando diretamente o tema da pesquisa. Como critérios de exclusão, desconsideraram-se outras formas de publicação, como artigos de jornal, trabalhos de anais de eventos, materiais de mídia não

científica, livros, dissertações, teses, editoriais, resenhas e similares. Ao final dessa etapa, foram identificados 45 artigos.

3) Avaliação dos dados coletados: Inicialmente, os 45 artigos foram organizados em uma planilha no Microsoft Excel para registro e triagem. Nessa primeira verificação, identificou-se e removeu-se um artigo duplicado, restando 44 estudos. Em seguida, procedeu-se à leitura de títulos e resumos, a fim de excluir aqueles que não atendiam ao objetivo desta revisão. Nessa triagem, 15 artigos foram excluídos.

4) A quarta etapa diz respeito à análise e interpretação dos dados: Nesta etapa, restaram 29 artigos, que foram submetidos à leitura integral. Para apoiar o processo de análise, elaborou-se um instrumento denominado “Protocolo de RI”, inspirado no estudo de Evans e Pearson (2001). O protocolo contemplou: i) identificação (título do artigo, título e área do periódico, base de dados, ano, autores e país da publicação); ii) metodologia do estudo; iii) principais resultados e pergunta de pesquisa; iv) campo para justificativa de exclusão da amostra final, quando necessário. Após a análise, cada artigo recebeu o parecer de “selecionado” ou “não selecionado”, conforme sua relevância para o estudo. Nessa etapa, foram excluídos 11 artigos que não abordavam diretamente o tema.

O universo final desta revisão foi composto por 18 artigos, todos publicados no Brasil e em revistas da área educacional. Quanto aos anos de publicação, observamos que três artigos foram publicados em 2014, dois em 2015, seis em 2016, dois em 2019 e em 2020, um em 2021 e outros dois em 2023. Não localizamos artigos publicados nos anos de 2017, 2018, 2022 e 2024 respectivamente. Quanto às metodologias dos estudos incluídos, 11 estudos eram de abordagem qualitativa, dois estudos eram teóricos, dois se configuraram como estudo de caso e outros dois eram relatos de experiência. Por fim, um outro estudo era documental e não encontramos estudos de cunho quantitativo e de métodos mistos (quali-quantitativo). Os estudos são descritos no quadro 1.

Para a análise dos dados extraídos, empregou-se o procedimento de Análise de Conteúdo proposto por Bardin (2011), estruturado em três etapas: i) Pré-análise – organização de todo o material obtido na coleta, abrangendo desde o tratamento inicial até a sistematização e leitura dos artigos no protocolo. ii) Exploração do material – realização das operações de

codificação segundo regras previamente estabelecidas. Após a leitura no protocolo, foram realizadas leituras flutuantes, que possibilitaram a criação de categorias, mantendo a coerência lógica do texto. iii) Tratamento dos resultados – fase de transformação dos dados brutos em informações significativas, por meio da discussão dos achados à luz da literatura pertinente.

Quadro 1: artigos analisados na revisão

Artigo	Revista/Método/Ano	Objetivo	Autores
Problematizações de uma aluna adolescente, lésbica e negra: anúncios para pensar outras práticas pedagógicas e formas de conhecer	Educação e Políticas em Debate/Estudo de caso/2015	Problematizar as relações da escola com as homossexualidades	Anderson Ferrari, Roney Polato de Castro
Escola, homossexualidades e homofobia: rememorando experiências na educação física escolar	Revista Reflexão e Ação/Qualitativo/2016	Problematizar como a marcação social da homossexualidade é instituída por intermédio de práticas escolares da Educação Física.	Vagner Matias do Prado, Arilda Ines Miranda Ribeiro.
A opinião dos professores de educação física do ensino médio sobre a homossexualidade e a homofobia na escola	Pensar a Prática/Qualitativo/2014	Investigar a opinião dos professores de Educação Física do Ensino Médio sobre a homossexualidade e a homofobia na escola.	Xênia Ferreira de Oliveira, Marcos Roberto Godoi, Luciene Neves Santos
Diversidade sexual na escola: documentos legais e comunidade escolar – uma análise	Nuances/Documental/2015	Compreender como a diversidade sexual tem sido abordada em documentos oficiais da educação brasileira e como isto vem sendo aplicado nas escolas.	Manuela Azevedo Carvalho, Luciana A. de Miranda, Lílían Miranda Bastos Pacheco
A escola como espaço: identidades de gêneros e sexualidades e suas hierarquias.	Revista da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia (Anpege)/Relato de experiência/2016	Entender as relações entre construção do espaço escolar e a construção de hierarquia de identidades dos sujeitos pertencentes a escola.	Benhur Pinós da Costa
Proposta de sequência didática para a discussão do tema homofobia no ensino de ciências.	Acta Tecnológica/Qualitativo/2020	Analisar a produção de significados dos/as alunos/as sobre a homossexualidade.	Daniel Barcelos da Cunha, Hawbertt Rocha Costa, Jackson Ronie Sá-Silva
Aa representações sociais acerca do gay entre estudantes da periferia do rio de janeiro.	Revista Interdisciplinar INTERthesis/Qualitativa/2014	Identificar as representações sociais acerca do conceito ‘gay’	Luciano Luz Gonzaga, Andrea Velloso da Silveira Praça, Denise Rocha Corrêa Lannes
Sexualidade, educação escolar e diversidade.	ORG & DEMO/Qualitativo/2016	Compreender sexualidade e homoafetividades em escolas de Blumenau e região.	Clarice Klann Constantino, Celso Kraemer
Formação de professores e homossexualidade: aspectos do e para o trabalho na escola.	Revista do Instituto de Políticas Públicas de Marília/Teórico/2020	Compreender aspectos do trabalho da Escola com os alunos que têm uma orientação sexual distinta da heterossexualidade.	Danilo Nobre Santos

Lembro-me de querer andar durinho, como se diz que homem deve ser”: a construção do corpo gay na escola	Revista Exitus/Qualitativo/2019	Refletir acerca da construção de masculinidades/homossexualidades nas trajetórias de professores gays, egressos dos da Universidade do Estado da Bahia	Pedro Paulo Souza Rios, Alfrancio Ferreira Dias, José Paulo Gomes Brazão
Normatividade cultural e marginalização das sexualidades: o preconceito no ambiente escolar contra a pessoa LGBT	Diálogos em Educação/Teórico/2019	Refletir sobre a propagação de diferença e discriminação a indivíduos considerados diferentes do ponto de vista de gênero/sexualidade no ambiente escolar.	Marilia Rocha Amando, Iracema Campos Cusati, Odair França de Carvalho
Professores e professoras de ciências de Aracaju-SE frente à homossexualidade	Reflexão e Ação/Qualitativo/2016	Analisar se professores de Ciências das escolas municipais de Aracaju que participam do programa "Horas de Estudo" saberiam atuar de forma efetiva frente ao tema homossexualidade.	Mônica Ismerim Barreto; Maria Inêz Oliveira Araujo
Educação em Direitos Humanos e Violência homofóbica no Ambiente Escolar a percepção de diretores e diretoras	Cadernos de Gênero e Diversidade	Analisar eventuais situações de violência homofóbica no ambiente escolar, na perspectiva dos Direitos Humanos	Nonato Assis de Miranda, Thiago Luiz Sartori
Estranhamentos e homossexualidades: professores homens nos anos iniciais e educação infantil	Revista Retratos da Escola/Qualitativo/2021	Problematicar o estranhamento da presença de homens nos anos iniciais e os discursos de homossexualidades construídos a partir desta presença	Thomaz Spartacus Martins Fonseca; Anderson Ferrari
Inércia à possibilidade: os desafios da docência frente às questões de gênero e sexualidade.	Revista Ártemis/Teórico/2016	Refletir sobre o papel da escola na tratativa de questões de gênero e sexualidade.	Márnei Consul; Filipi Vieira Amorim; Júlia Guimarães Neves
Espaço escolar, homossexualidades e homofobia	Geografia Ensino & Pesquisa/Qualitativo/2014	Problematicar como o discurso dos docentes em relação às homossexualidades, compõe o espaço escolar.	Adelaine Ellis Carbonar dos Santos, Márcio José Ornat
Vivências cotidianas de estudantes gays e não gays: masculinidades em disputa	Ambivalências/Qualitativo/2023	Compreender a construção das masculinidades por meio de narrativas e experiências no contexto escolar de estudantes gays e não gays	Patrick dos Santos Silva; Heloísa Raimunda Herneck; Jairo Barduni Filho
Sou gay, sou alegre, mas não sou bagunça!”: docência, homossexualidade e estética da existência	Educação/Estudo de caso/2016	Problematicar as formas pelas quais o professor em questão vai se constituindo enquanto docente homossexual.	Filipe Gabriel Ribeiro França

Fonte: elaborado pelos autores, 2025.

3. RESULTADOS

A homossexualidade, a escola e o segredo

Oliveira, Godoi e Santos (2014) explicam que devido ao preconceito, muitos alunos e também educadores homossexuais ocultam sua identidade sexual como uma estratégia de sobrevivência no ambiente escolar. Mesmo sendo um espaço destinado ao conhecimento, a escola se transforma em um lugar de silêncio e ocultamento quando o tema é sexualidade. Santos (2020) defende que o homossexual (estudante, professor ou técnico educacional) é condenado a não falar sobre sua orientação sexual para não sofrer retaliações e isso é corroborado por Consul, Amorim e Neves (2016). Barreto e Araujo (2016) discutem que parece ser preciso manter a homossexualidade em uma zona de silêncio: ela pode até existir, mas não deve ser explícita e não deve aparecer, pois, ao nos debruçarmos sobre os dados da pesquisa de Constantino e Kraemer (2016) entendemos que os participantes (alunos e professores) avaliaram que por mais que seja importante assumir sua identidade sexual dissidente, esse assumir-se traz prejuízos a imagem dos sujeitos e em muitos casos, desqualificando-os cognitiva e socialmente.

185

Ferrari e Castro (2015) relataram em seu estudo alguns aspectos da homossexualidade de uma adolescente em uma escola e podemos compreender que a experiência da aluna foi mediada pelo segredo e que quando seu segredo (sua orientação sexual) foi revelado para a escola, por mais que a instituição tenha conseguido abrir um espaço de diálogo acolhedor sobre o tema, foi possível observar que a diferença de orientação sexual teve impacto, diminuindo sua sociabilidade com seus pares.

A identidade homossexual na adolescência

Costa (2016) explica que parece haver “estágios” de desenvolvimento da identidade homossexual não universais, que são subjetivos a história de cada adolescente, mas que guardam algumas possibilidades de compreensão, como por exemplo: ela parece ser construída em uma base normativa e marginalizadora de transgressão a norma heterossexual compulsória, ou seja, o adolescente é marcado pela diferença na escola e precisa superar os significados negativos da diversidade sexual e de gênero para poder vivenciar sua sexualidade. Mas esse

processo não é vivido sem controvérsias. Há muitas vezes, a vivência de conflitos entre as revelações dos seus desejos e os processos de imposição social vivida na escola sobre a normalidade heterossexual e o “desvio homossexual”, gerando experiências sexuais-afetivas difusas e processos de encobrimento e aceitação difícil da sua própria sexualidade.

Já Amando, Cusati e Carvalho (2019) defendem que o jovem que toma consciência da sua homossexualidade passa por algumas fases: a primeira é a negação da sua atual condição, depois a raiva de si mesmo por sentir o que sente, a barganha (“farei de tudo para evitar isso, vou compensar esse ‘defeito’ sendo o melhor...”), a depressão, e por fim, se as coisas correrem bem, a aceitação. Esse parece ser a vivência de um luto proveniente da “morte” da identidade heterossexual compulsória a qual o adolescente não atende. Consul, Amorim e Neves (2016) discutem que um aluno homossexual pode levar uma vida escolar traumática e conviver, por anos, com o preconceito contra si mesmo por conta da dimensão psíquica que a homofobia alcança. A dificuldade se insere por um lado na questão de não querer se expor e de outro, por não encontram amparo nos professores e na direção escolar.

Preconceitos e discriminações na escola

Santos e Ornat (2014) discutiram que alguns educadores insistiram em defender que a escola é assexuada, mas isso só funciona como uma forma de reforçar a heterossexualidade reprodutiva, pois namoros heterossexuais são naturais e moralmente aceitos, frente aos namoros homossexuais, que quando ocorrem, são tratados de forma a serem extintos. Amando, Cusati e Carvalho (2019) explicam que a escola propaga e reforça as diferenças de maneira imperceptível através, por exemplo, da separação de meninos e meninas em grupos distintos nas brincadeiras, jogos, atividades, filas do lanche etc. Esse processo reforça situações de bullying baseados em gênero e sexualidade.

Outra situação é a diferença de tratamento em relação às expressões de afetividade entre casais hétero e homossexuais. Silva, Herneck e Filho (2023) relataram que enquanto casais heterossexuais ficavam juntos sem maiores problemas, os alunos homossexuais eram vigiados, especialmente nos corredores e banheiros da escola. Isso é uma forma clara de discriminação institucionalizada, muitas vezes normalizada pelos próprios agentes escolares.

Miranda e Sartori (2023) explicam que os dados sobre homofobia nas escolas são alarmantes e os estudantes sentem que a discriminação por orientação sexual é maior que as outras, e os homossexuais – principalmente os que não se adequam ao gênero conforme esperado – são os mais discriminados com insultos, agressões físicas ou exclusões do convívio escolar.

Prado e Ribeiro (2016) e Rios, Dias e Brazão (2019) observaram que algumas das principais formas de preconceito manifestos na escola contra alunos percebidos como homossexuais são as chacotas, piadas e brincadeiras que visam subjugar o outro e banalizam as violências que jovens homossexuais sofrem, auxiliando na construção da representação abjeta do sujeito não heterossexual ou que não reproduz gênero próximo daquilo que é considerado aceitável. Gonzaga, Praça e Lannes (2014) e Constantino e Kraemer (2016) discutem ainda que um dos pressupostos que sustenta a homofobia nas escolas é o discurso religioso judaico-cristão, com noções associadas a formação de família heterossexual e à reprodução.

Prado e Ribeiro (2016), ao investigarem a homossexualidade no contexto das aulas de educação física, observaram que para meninos, a presença de um sujeito que não reproduz a masculinidade como esperada socialmente pelo grupo faz com que esse sujeito seja marcado como diferente e este passa então a ser policiado e excluído das atividades grupais – como a formação de um time – pois muitas vezes alunos homossexuais são colocados em uma condição secundária no esporte e suas qualidades atléticas não são reconhecidas. A disciplina de educação física acaba se transformando em um terreno de conflitos relacionados ao gênero e a sexualidade, o que faz com que muitos alunos desviantes das normas heterossexuais criem aversão pelas práticas esportivas.

Cunha, Costa e Sá-Silva (2020) defendem que a homofobia não atinge somente homossexuais na escola, mas todos aqueles que destoam das normas cisgêneras⁴ de performatividade de gênero⁵, inclusive as pessoas heterossexuais percebidas como

⁴ A cisgeneridade é uma condição da pessoa cuja identidade de gênero coincide com o sexo que lhe foi atribuído no nascimento (Hining, Toneli, 2023).

⁵ Butler (2003) argumenta que o gênero não é algo natural ou fixo, antes, ele é produzido por meio de atos, gestos, comportamentos e discursos repetidos socialmente, que produzem a ilusão de um gênero estável e coerente. Então,

homossexuais. Essas percepções envolvem a aparência ou jeito de ser de uma pessoa pode motivar atos de violência. Ainda observamos que conforme Amando, Cusati e Carvalho (2019) os livros didáticos ignoram/negam a existência da diversidade sexual e de gênero, dos distintos arranjos de família e naturalizam não somente a heterossexualidade, mas a branquitude também.

Para Amando, Cusati e Carvalho (2019), as escolas preferem dar invisibilidade ao tema, descartando os estudos a respeito da temática e aparentemente preferem negar a existência de alunos homossexuais e de famílias formadas por pais/mães homossexuais. Santos (2020) discutiu que a escola continua se eximindo de abordar a homossexualidade, posto que ainda ocorrem muitos embates ideológicos, marcados por convicções políticas, religiosas, culturais e tantas outras, que acabam justificando a intolerância, pois ela ainda é vista como desvio por esta instituição. Além do mais, a homossexualidade é percebida, silenciada e ignorada para se evitar cobranças de atores escolares – como os pais conservadores – que apoiam a discriminação e pouco valorizam a diversidade na escola. Isso reproduz discriminações através de ataques diretos e indiretos, silenciamentos, apagamentos e tentativas constantes de ajustamento e adaptações da diversidade sexual a heterossexualidade cisgênera. Consul, Amorim e Neves (2016) defendem ainda que o preconceito contra homossexuais ocorre na escola muito mais pela incapacidade de atuação dos profissionais da instituição do que pela homofobia propriamente dita.

Professores e a discriminação contra homossexuais na escola

Oliveira, Godoi e Santos (2014) observaram que os professores associam o gênero a orientação sexual na escola. Na pesquisa dos autores, a percepção de um aluno é ou não homossexual se deu por meio das atitudes, comportamentos e formas de expressão dos estudantes. Os participantes destacam que essas percepções se manifestam nas interações cotidianas e nas preferências no dia a dia escolar, como a pouca adesão por parte de alguns, em atividades comumente direcionadas ao seu gênero, como por exemplo, os esportes associados ao universo masculino, como o futsal.

a performatividade de gênero é a repetição que cria os significados que nos fazem ser lidos como homem/mulher de forma binária.

A literatura apontou que existe uma omissão pedagógica na escola em relação ao preconceito que alunos homossexuais sofrem. Essa omissão reitera que a heterossexualidade e a performatividade cisgênera hegemônica de gênero são naturais e “corretas”. Essas práticas são ferramentas que constroem a homofobia e a utiliza como pano de fundo para tecer as ações “educativas” escolares, sendo uma forma perversa de estratégia pedagógica, onde os professores utilizam do estereótipo negativo da homossexualidade para manter os alunos sob controle e isso tem um impacto importante nas próprias práticas escolares, pois no caso do estudo, para alguns alunos homossexuais, professor foi o mediador responsável pelo afastamento deles das práticas esportivas, dentro e fora da escola (Prado, Ribeiro, 2016).

Na pesquisa de Oliveira, Godoi e Santos (2014) professores ainda relataram a percepção de que a homossexualidade é uma doença e que parece existir uma aceitação condicional da homossexualidade no contexto escolar e isso é baseado na dicotomia orientação sexual/performatividade de gênero, ou seja: tudo bem ser homossexual, desde que performatize o gênero conforme esperado socialmente (desde que não seja “afetado”).

Amando, Cusati e Carvalho (2019) relatam a percepção negativa de professoras em relação a homossexualidade dos alunos e isso foi atribuído a: 1) questões pessoais em relação a diversidade sexual, pois as docentes acreditavam ser muito mais difícil de lidar com o tema da orientação sexual não hétero; 2) preconceitos diretos em relação a homossexualidade baseados na religião manifestos em argumentos como: a homossexualidade ser uma abominação, uma escolha, que não conseguiam aceitar, mas tratavam com todo respeito e que não era possível deixar de tentar ajudar a pessoa a mudar. Barreto e Araujo (2016) encontraram dados em que um professor utilizou o termo “anormal” para se referir a homossexualidade dos alunos. Santos e Ornat (2014) também explicaram que é na sala dos professores que a tríade comentários / homofobia / piadinhas ganha destaque, pois é ali que comentários pejorativos ocorrem com frequência.

Homossexualidade e trabalho docente

França (2016) destacou que o fato de ser homossexual parece fazer com que o trabalho do professor fique em segundo plano, fazendo com que o docente precise se esforçar mais que os heterossexuais para conquistar respeito e confiança junto aos colegas de trabalho, como se a orientação sexual colocasse em dúvida sua seriedade ou profissionalismo e isso é demonstrado na pesquisa de Fonseca e Ferrari (2021), onde os autores relataram que uma família solicitou que seu filho fosse retirado da sala de aula em que um professor homossexual era o responsável, por acreditarem que a homossexualidade é gerada por “influência”.

Rios, Dias e Brazão (2019), ao investigarem a experiência de professores homens homossexuais na escola observaram que a instituição tenta adequar não somente os alunos, mas também os docentes nas normas de masculinidade heterossexual. Os autores observaram que um professor gay que não performatiza as normas de gênero tradicional (sendo considerado afeminado) passou a ser agredido tanto pelos alunos quanto pelas alunas e mesmo ele sendo a vítima das violências, a trama das relações escolares o colocava como o vilão da cena, ou seja, parece existir nos espaços escolares tentativas constantes de extinção do corpo que diverge da norma heterossexual e isso atinge também os docentes.

Fonseca e Ferrari (2021) explicam que a homossexualidade surge como um fantasma que assombra a presença de professores homens da educação infantil e anos iniciais. Os autores discutiram que houve um estranhamento na presença de um homem atuando na educação infantil. Esse estranhamento levanta suspeita sobre a orientação sexual desses professores, fazendo com que esses sujeitos – sendo ou não homossexuais – precisem convencer quanto a sua competência na docência, bem como provar que não são ameaças de uma ligação entre a homossexualidade e a pedofilia.

Conforme Carvalho, Miranda e Pacheco (2015), a aceitação da homossexualidade masculina é menor que a feminina na escola e isso parece estar associado aos significados da masculinidade tradicional, que associam a homossexualidade masculina a feminilidade e essa cultura patriarcal está sustentada na homofobia e no machismo. A pesquisa também relatou dados de que professores gays são menos respeitados que os heterossexuais e que entre os

alunos que sofrem bullying, os homossexuais ficam apenas atrás dos negros e dos alunos pobres, reforçando a manutenção dos padrões socialmente instituídos.

Os achados na literatura ainda sugerem que só pelo fato de serem homens trabalhando nos anos iniciais, os professores já enfrentam preconceito, olhares desconfiados e até questionamentos sobre sua sexualidade, mesmo sem eles falarem nada sobre isso. Isso acontece porque ainda existe uma ideia de que o cuidar e o ensinar crianças é algo “de mulher”, e quando um homem ocupa esse espaço, as pessoas começam a estranhar e a julgar (Fonseca; Ferrari, 2021).

Formação de professores e a diversidade sexual

A pauta da formação de professores em relação a diversidade de gênero e de sexualidade também foi observada. Por mais que temas relacionados a diversidade sexual e de gênero possam ser discutidas na formação inicial docente, se esses temas não possibilitarem a desconstrução das representações negativas acerca da homossexualidade, essas representações podem ser utilizadas enquanto base para uma futura atuação profissional (Prado; Ribeiro, 2016), como por exemplo o que foi encontrado na pesquisa de Barreto e Araujo (2016), onde os professores, explicavam a homossexualidade apenas por causas biológicas, reduzindo o conceito, cometendo equívocos e como consequência, estimulando os alunos a atitudes preconceituosas diante do seu colega homossexual.

Gonzaga, Praça e Lannes (2014) defendem ainda que os professores não são formados para o acolhimento da diversidade sexual e de gênero na escola. A principal consequência dessa questão é a reafirmação da escola como guardiã das normas de gênero e sexualidade que legitimam e naturalizam a heterossexualidade. Amando, Cusati e Carvalho (2019) defendem que cabe aos professores a superação dos seus próprios preconceitos em relação a diversidade sexual e de gênero para que seja possível o diálogo aberto e livre de preconceitos sobre a homossexualidade na escola, de modo que isso estimule uma postura que permita olhar para o sujeito dissidente e tratá-lo com carinho e cuidado.

Enfrentamento a discriminação homofóbica na escola

Costa (2016) explica que do ponto de vista jurídico, o enfrentamento a homofobia ainda é insuficiente e frágil, principalmente no que diz respeito a sua ocorrência dentro da escola. Conforme Gonzaga, Praça e Lannes (2014), a abertura de espaços acolhedores para discussões sobre os significados da homossexualidade nas escolas são fundamentais para a socialização e a humanização das relações entre os atores escolares, portanto, cabe às escolas a realização de um planejamento e ações pedagógicas sistemáticas de forma permanente para que as questões sobre a sexualidade possam ser discutidas com crianças e adolescentes, de maneira séria, clara e ampla, possibilitando assim o enfrentamento de discriminações.

Foi possível ainda observar estratégias que os meninos utilizavam para lidar com o preconceito na escola. Barreto e Araujo (2016) observaram na fala de um aluno homossexual a naturalização da homofobia vivenciada na escola, onde o estudante simplesmente desistiu de pedir ajuda a professora, relatando já estar acostumado com o desrespeito dos colegas. Silva, Herneck e Filho (2023) relataram estratégias que meninos utilizavam para fugir do preconceito na escola e essas estratégias versavam sobre tentativas de se enquadrar nas expectativas de masculinidades reforçadas pelas instituições sociais, como “parecer heterossexual”, jogar futebol, interagir com os meninos – mesmo quando essa interação não é agradável por conta das situações de homofobia constantes.

Miranda e Sartori (2023) ao trabalharem com gestores escolares em sua pesquisa observaram que os mesmos reconheceram o papel da escola enquanto instituição social responsável pelo desenvolvimento de uma cultura de igualdade de direitos, o que inclui o acolhimento da diversidade sexual e de gênero. Os autores chegaram à conclusão de que os gestores pareciam realizar um trabalho que considerava a heterogeneidade da escola, abrindo debates abertos entre escola e família e entre os alunos e alunas, pois há casos de alunos que veem a escola como um ambiente para expressar melhor sua liberdade e sexualidade.

Consul, Amorim e Neves (2016) sugerem formas de como o professor pode lidar com alunos homossexuais na escola: a primeira atitude é não se surpreender, nem fazer escândalo, pois a homossexualidade sempre existiu; a segunda é oferecer apoio no caso de perceber que

o/a estudante demonstra necessitar deste tipo de atenção e em terceiro lugar, professores e familiares devem proteger sempre o jovem homossexual contra agressões físicas e verbais.

4. DISCUSSÃO

A primeira categoria “*A homossexualidade, a escola e o segredo*”, sugeriu que a o silêncio e o ocultamento da sexualidade na escola são estratégias de poder disciplinar⁶ (Foucault, 1975) que não só produzem, mas reforçam normas heteronormativas tentando apagar a homossexualidade. Essas práticas resultam de discursos históricos reconhecidos como verdade, que patologizam identidades dissidentes e controlam as subjetividades não somente dos alunos, mas também dos trabalhadores escolares. A ocultação da identidade sexual na escola decorre então, dos efeitos do poder disciplinar que vigia, classifica, normaliza e pune práticas e identidades consideradas desviantes, para manter a normatividade e evitar os “prejuízos” sociais que surgem da exposição dessa diferença.

A segunda categoria “*A identidade homossexual na adolescência*” trouxe a reflexão de que a identidade homossexual é construída e vivenciada num contexto marcado pela norma heterossexual compulsória (Louro (1997), o que pode trazer prejuízos à saúde mental dos estudantes, na medida em que são marcados – pelo outro e por si mesmo – como transgressores de uma ordem social natural, ou seja, o erro não estaria na norma e sim nos sujeitos. Ao observarmos que os estágios descritos na literatura podem ser compreendidos como uma tensão entre o desejo e a disciplina social imposta, e assim, o “luto” pela identidade heterossexual supostamente perdida parte do e um processo de naturalização da compulsoriedade heteronormativa ao mesmo tempo em que este mesmo luto parece criar uma resistência a essa normatividade, surgindo então o conflito.

A terceira categoria “*Preconceitos e discriminações na escola*” pode ser refletido a partir da noção de que as discriminações encontradas refletem o poder que produz a normalidade e a anormalidade e podem ser observadas ainda como formas de punição pelo

⁶ Foucault (1975) explica que o poder disciplinar é um poder que atua sobre os corpos e as condutas dos indivíduos com o objetivo de moldá-los, controlá-los e fazê-los produtivos para a sociedade. Ele substitui os modelos de poder repressivos ou soberanos e é caracterizado por ser distribuído em redes e instituições, funcionando por meio da vigilância, da normalização e da produção de saberes sobre os corpos.

desvio ou tentativas de trazer o sujeito de volta a norma heterossexual. Ao contrário do que se observou nos achados da revisão, a escola não é neutra, pois segue parâmetros ideológicos da classe dominante e nesse caso, a classe dominante é a classe heterossexual. A partir de Althusser (2022), a escola funciona como um agente de reprodução das relações de dominação do sistema capitalista e sua ideologia, o que inclui a heteronormatividade. Na escola então, as ideologias da heterossexualidade são naturalizadas e legitimadas, inclusive através das formas de violência e silenciamentos relatados neste estudo, mesmo que os agentes envolvidos não estejam conscientes disso. Observamos ainda que a escola reproduz a heteronormatividade ao silenciar e marginalizar sexualidades dissidentes.

A quarta categoria “*Professores e a discriminação contra homossexuais na escola*” pode ser refletida a partir de Bourdieu (2015). O autor, ao defender que a escola legitima e reproduz as desigualdades sociais, valorizando o capital cultural dominante e quando observamos as associações feitas por professores entre gênero e orientação sexual, é possível compreender que os docentes valorizam a heteronormatividade e uma performatividade de gênero cisgênera como correta e natural, assim, reproduz-se as discriminações os sujeitos que dissidem dessa norma. É possível compreender ainda que a omissão pedagógica em relação ao preconceito contra homossexuais é uma forma de violência simbólica, pois mantém a heterossexualidade como padrão dominante invisível, legitimando as discriminações, visto que ao utilizarem a homofobia como estratégia pedagógica, se reforça a exclusão desses estudantes. Além disso, a aceitação condicional da homossexualidade baseada na conformidade com a performatividade de gênero socialmente aceita está relacionado com a adesão as normas culturais dominantes, o que torna invisível as desigualdades estruturais presentes no ambiente escolar.

A quinta categoria “*Homossexualidade e trabalho docente*” sugeriu que o trabalho docente sofre influência e normatização do poder disciplinar que atua na escola, produzindo e regulando os corpos conforme a normativa heterossexual e cisgênera dominante. Quando a literatura explicita que esses professores precisam se esforçar mais para conquistar espaço de trabalho é uma expressão da vigilância normativa e do controle social que marginaliza os corpos que desviam da norma. A alegação familiar de “influência” da homossexualidade do professor

sobre alunos é um outro exemplo disso. Pode-se ainda perceber que a atuação docente está inserida na reprodução do *habitus*⁷ e do capital cultural hegemônico que valoriza a heterossexualidade e a homofobia vivida pelos docentes pode ser compreendida como uma expressão da violência simbólica, onde o sistema pedagógico reforça estereótipos e preconceitos que mantêm a ordem social dominante, naturalizando a cisgeneridade e heterossexualidade. A discriminação vivenciada por esses trabalhadores ainda mostra como a escola exerce uma função ideológica que promove a conformidade com a norma heterossexual e pune práticas e identidades consideradas desviantes. O questionamento da competência desses docentes e a suspeita sobre suas orientações sexuais revelam o papel da escola na reprodução das ideologias que sustentam relações de dominação e exclusão.

A sexta categoria “*Formação de professores e a diversidade sexual*” nos trouxe informações que sugerem que quando a formação não desconstrói as representações negativas sobre a homossexualidade, ela reproduz o poder disciplinar que naturaliza a heterossexualidade e marginaliza corpos dissidentes (Foucault, 1988), onde o processo educativo funciona mais como técnica de controle social do que meio de emancipação. Ao olharmos para essa questão a partir da ótica de Bourdieu (2015), observamos que a escola e a formação docente, ao reduzirem a diversidade sexual a explicações biológicas simplistas, reforça a violência simbólica, mantendo o *habitus* que sustenta a exclusão e prejudica o reconhecimento da diversidade sexual e de gênero no campo educacional. Observamos ainda que a reprodução da ideologia dominante (Althusser, 2022) não começa na escola em si, mas inicia na formação inicial docente, impedindo o rompimento com a homofobia. Por fim, observamos ainda que professores que internalizam preconceitos refletem a ideologia heterossexual dominante e mesmo sem perceberem a reproduzem na escola.

A sétima e última categoria do estudo “*Enfrentamento a discriminação homofóbica na escola*” nos trouxe informações que denotam que é frágil a atenção dada a essa demanda nas

⁷ O conceito de “*habitus*”, desenvolvido por Pierre Bourdieu, refere-se a um conjunto de disposições duráveis e transferíveis, internalizadas ao longo da socialização, que moldam a percepção, os pensamentos, os sentimentos e as ações dos indivíduos. É um sistema de esquemas que orienta o comportamento, mas também é moldado pela estrutura social em que o indivíduo está inserido (Setton, 2002).

escolas e ao mesmo tempo, mostra o quão forte é o poder disciplinar presente nessas instituições, bem como a força das ideologias dominantes da heterossexualidade, por exemplo, o fato dos alunos desistirem de buscar ajuda é uma expressão da violência simbólica e da reprodução de uma cultura escolar que desvaloriza a diversidade, sendo a homofobia, o resultado das práticas institucionais marcadas pela heteronormatividade. Assim, a dificuldade de enfrentar a homofobia na escola reflete a complexa articulação entre dispositivos de poder e reprodução de ideologias que reforçam as desigualdades sociais que sustentam a desigualdade e a discriminação baseada na sexualidade.

5. RECOMENDAÇÕES PARA A INCLUSÃO DE ESTUDANTES HOMOSEXUAIS NA ESCOLA

- Formação continuada para os professores e demais profissionais da escola: observamos que os professores são atores importantes para a permanência ou exclusão de estudantes da diversidade na escola. Nesse sentido, a formação continuada dos profissionais escolares é um elemento fundamental para a inclusão. Isso se dá porque a diversidade sexual e de gênero, como observado na revisão, ainda é atravessada por estigmas, preconceito e violências que têm origem na sociedade mais ampla, mas são reproduzidas na escola. Investir na formação continuada permanente dos educadores pode possibilitar a ampliação da discussão e compreensão crítica da diversidade, contribuindo para a desconstrução de estereótipos e superação de práticas discriminatórias, inclusive aquelas práticas pedagógicas perversas e mediadas pela homofobia. Além disso, a formação continuada tem potencial para a promoção de ambientes escolares seguros e acolhedores, que valorizem as identidades dos estudantes, fortalecendo o sentimento de pertencimento e reduzindo as situações evasão escolar e sofrimento psíquico. Por fim, a formação continuada em diversidade sexual e de gênero para os profissionais da educação na escola fortalece a gestão democrática, pois a inclusão não se concretiza por meio de ações individuais, mas sim por uma transformação escolar de dentro para fora, exigindo o comprometimento de toda a comunidade escolar e nesse contexto, a formação continuada cria um espaço privilegiado para a elaboração de projetos institucionais

voltados à diversidade e enfrentamento da discriminação para a promoção de uma cultura escolar pautada nos direitos humanos, na equidade e na inclusão das diferenças.

- **Rompimento de barreiras atitudinais:** as barreiras atitudinais são obstáculos simbólicos e relacionais que se materializam na cotidianidade interpessoal que comprometem a vivência escolar de estudantes da diversidade sexual e de gênero. Observamos que na escola, as principais formas de discriminação são piadas depreciativas, tratamento hostil, invisibilização e desvalorização das identidades dissidentes da heterossexualidade. Algumas das consequências dessa questão perpassam a naturalização da violência, o reforço de estigmas sociais associados à reprovação e condenação da homossexualidade e de qualquer aspecto ligado a ela – como a performatividade de gênero que não esteja restritamente vinculada a cisgeneridade – intensificam sentimentos de exclusão e fragilizam a percepção da escola como um lugar de pertencimento e proteção. Compreendendo a dimensão das barreiras atitudinais, é importante compreender que tais barreiras não são apenas atitudes individuais isoladas, mas refletem estruturas socioculturais que atravessam a escola. Essas barreiras, quando não enfrentadas de maneira efetiva, reproduzem desigualdades históricas, impactando negativamente o direito à educação das minorias sexuais e de gênero. Romper com as barreiras atitudinais significa assumir um compromisso individual e coletivo, ético e político e de gestão para que os relacionamentos na escola sejam acolhedores e inclusivos para estudantes homossexuais, de forma que a escola e os profissionais ali inseridos possam ser percebidos como fonte de apoio para os estudantes que possam se encontrar em conflito em relação a construção de sua identidade dissidente da heterossexualidade.

- **Inclusão de pautas da diversidade sexual e de gênero no currículo escolar:** a inclusão de pautas da diversidade sexual e de gênero no currículo escolar é um ponto crucial para a construção de um ambiente escolar acolhedor e deve ser vista não como algo facultativo, mas como um imperativo pedagógico e ético necessário a consolidação de uma educação emancipatória e inclusiva. Considerando que conforme Louro (2007), o currículo não é neutro, mas carrega valores, representações, vozes e também silêncios que legitimam algumas práticas sociais e identidades, enquanto marginalizam outras. Essa questão tem uma dupla potência: por

um lado, promove o letramento em gênero e sexualidade para a comunidade de estudantes, esclarecendo dúvidas, desconstruindo preconceitos e emancipando os corpos para a valorização da diversidade que sempre existiu, mas sempre foi ignorada ou maltratada na escola. Por outro lado, essa recomendação também pode fazer com que os professores revisitem seus referenciais e desconstruam seus preconceitos em relação ao gênero e a sexualidade, o que contribui para o enfrentamento das barreiras atitudinais que discutimos anteriormente. O desafio aqui é a escolha e a qualidade do referencial teórico que fundamentará essa prática, pois é necessário que esse referencial esteja ligado à garantia dos direitos humanos, à decolonialidade e a afirmação do valor da diversidade como princípio constitutivo da justiça social.

- **Criação de grêmios escolares LGBT:** essa possibilidade é uma estratégia importante para o fortalecimento da diversidade no ambiente escolar. Os grêmios estudantis desempenham um papel fundamental na promoção da inclusão e acolhimento das diferenças, ao oferecerem um espaço seguro de identificação para que os estudantes expressem suas identidades de forma plena e sem medo da discriminação e isso favorece não somente o bem-estar emocional, mas também a construção de uma cultura escolar acolhedora. Por outro lado, esses grupos também podem funcionar como agentes educadores na escola, promovendo atividades e debates que ampliam a conscientização da comunidade escolar sobre a diversidade sexual e de gênero voltada à garantia dos direitos humanos. Além disso, essa possibilidade fortalece a participação dos estudantes na gestão democrática da escola, dando voz aos estudantes homossexuais (e a outros estudantes LGBT), fortalecendo o exercício da cidadania na comunidade escolar.

- **Atenção à interseccionalidade na escola:** estudantes homossexuais não são atravessados somente pela dimensão da sexualidade, pois possuem gênero, raça, classe, etnia e podem possuir deficiência e religião, bem como outras características interseccionais que constroem sua experiência social. Conforme Crenshaw (2002), a interseccionalidade é uma ferramenta analítica que permite a compreensão de como diversas formas de opressão – racismo, sexismo, classismo, homofobia e outros – atuam de forma integrada, simultânea e articulada, produzindo experiências específicas de desigualdade. A análise interseccional possibilita dar visibilidade às múltiplas e sobrepostas formas de discriminação, permitindo

compreender como as relações de poder se estruturam na opressão social. No contexto escolar, a análise das relações sociais e institucionais com a aplicação da interseccionalidade pode contribuir para a inclusão de alunos homossexuais na medida em que permite enxergar o estudante não apenas pela sua orientação sexual, mas também em relação às demais dimensões que constituem sua identidade, evitando assim, generalizações reducionistas, possibilitando um olhar sensível e adaptado às necessidades de cada estudante. Além do mais, um olhar interseccional pode fomentar discussões sobre as múltiplas identidades e suas interações, ampliando a compreensão da comunidade escolar sobre as diferentes realidades vividas ali.

6. CONCLUSÕES

O objetivo deste estudo foi analisar a literatura sobre a homossexualidade na escola. 18 artigos compuseram o universo de análise e possibilitaram a construção de sete categorias: 1) A homossexualidade, a escola e o segredo; 2) A identidade homossexual na adolescência; 3) Preconceitos e discriminações na escola; 4) Professores e a discriminação contra homossexuais na escola; 5) Homossexualidade e trabalho docente; 6) Formação de professores e a diversidade sexual; 7) Enfrentamento a discriminação homofóbica na escola.

Pode-se concluir que o estudo sugeriu que a escola é hostil à diversidade sexual e de gênero e opera de maneira a tentar normatizar de forma constante os estudantes dissidentes a heterossexualidade. A escola incorpora e reproduz as ideologias hegemônicas voltadas a heterossexualidade, legitimando assim a discriminação e a marginalização de alunos homossexuais, principalmente aqueles que não performatizam o gênero da maneira esperada socialmente. Além disso, as violências simbólicas atingem os corpos dissidentes de várias formas, criando um ambiente de desvalorização da diversidade, o que gera consequências para a saúde mental e bem estar de atores escolares que sejam homossexuais.

Pôde-se perceber que as principais formas de discriminação contra homossexuais na escola foram as chacotas, manifestas pelos colegas e também por professores. Além disso, a atuação dos professores foi relatada como um dos motivos para o afastamento de estudantes homossexuais de práticas esportivas, mas mais do que isso, a revisão sugeriu que professores

se eximem de lidar com a homofobia e mais, a utilizam como estratégia pedagógica para disciplinar alunos homossexuais.

Por fim, é possível citar as limitações do estudo. Não foram observadas categorias identitárias relacionadas a orientação sexual como a raça, a classe, deficiência e afins. Observamos apenas a intersecção entre gênero e orientação sexual sendo tratados como se fossem a mesma coisa, sendo esse um dos principais estereótipos da homossexualidade. Portanto, sugerimos a realização de futuras pesquisas que abordem a homossexualidade no contexto escolar considerando as diversas intersecções com os processos sociais produtores de subjetividade.

REFERÊNCIAS

ALIANÇA NACIONAL LGBTI+. **Pesquisa Nacional sobre o Bullying no Ambiente Educacional Brasileiro (2024). Relatório de pesquisa.** Rio de Janeiro: Aliança Nacional LGBTI+, 2025. Disponível em: < <https://aliancagbti.org.br/relatorio-pesquisa-nacional-sobre-o-bullying/>>. Acessos em 04 jul 2025.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado.** Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2022.

AMANDO, Marília Rocha; CUSATI, Iracema Campos; CARVALHO, Odair França de. Normatividade cultural e marginalização das sexualidades: o preconceito no ambiente escolar contra a pessoa LGBT. **Diálogos em Educação**, Rio Grande, v. 28, n. 3, p. 128-147, 2019. <https://doi.org/10.14295/momento.v28i3.9162>

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS. Secretaria de Educação. **Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil 2015:** as experiências de adolescentes e jovens lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em nossos ambientes educacionais. Curitiba: ABGLT, 2016. Disponível em: < <https://www.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/2016/03/IAE-Brasil-Web-3-1.pdf>>. Acessos em 04 jul 2025.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2011.

BARRETO, Monica Ismerim; ARAUJO, Maria Ines Oliveira. Professores e professoras de ciências de Aracaju - SE frente à homossexualidade. **Revista Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v.24, n.1, p.157-176, 2016. <https://doi.org/10.17058/rea.v24i1.6911>

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de Educação**. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e a subversão da identidade**. RJ: Civilização Brasileira, 2003.

CARVALHO, Manuela Azevedo; MIRANDA, Luciana A. de; PACHECO, Lílían Miranda Bastos. Diversidade sexual na escola: documentos legais e comunidade escolar – uma análise. **Nuances Prudente**, v. 26, n. 2, p. 112-131, 2015.

<http://dx.doi.org/10.14572/nuances.v26i2.3479>

CONSTANTINO, Clarice Klann; KRAEMER, Celso. Sexualidade, educação escolar e diversidade. **ORG & DEMO**, Marília, v. 17, n. 1, p. 145-162, 2016.

<https://doi.org/10.36311/1519-0110.2016.v17n1.10.p145>

CONSUL, Márnei; AMORIM, Filipi Vieira; NEVES, Júlia Guimarães. Da inércia à possibilidade: os desafios da docência frente às questões de gênero e sexualidade. **Revista Ártemis**, João Pessoa, v.21, p. 37-49, 2016. <https://doi.org/10.1590/0104-4060.61432>

COSTA, Benhur Pinós da. A escola como espaço: identidades de gêneros e sexualidades e suas hierarquias. **Revista da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia (Anpege)**, Recife, v. 12, n. 19, p. 204-225, 2016.

<https://doi.org/10.5418/RA2016.1219.0009>

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100011>

CUNHA, Daniel Barcelos da; COSTA, Hawbertt Rocha; SÁ-SILVA, Jackson Ronie. Proposta de sequência didática para a discussão do tema homofobia no ensino de ciências. **Acta Tecnológica**, São Luis, v. 15, n. 1, p. 115-130, 2020.

<https://doi.org/10.35818/acta.v15i1.979>

EVANS, David; PEARSON, Alan. Systematic reviews: gatekeepers of nursing knowledge. **Journal of Clinical Nursing**, Bethesda, v.10, n.5, p.593-599, 2001.

<https://doi.org/10.1046/j.1365-2702.2001.00517.x>

FERRARI, Anderson; CASTRO, Roney Polato de. Problematizações de uma aluna adolescente, lésbica e negra: anúncios para pensar outras práticas pedagógicas e formas de conhecer. **Revista Educação e Políticas em Debate**, Juiz de Fora, v. 4, n. 2, p. 240-251, ago./dez. 2015. <https://doi.org/10.14393/REPOD-v4n2a2015-34496>

FONSECA, Thomaz Spartacus Martins; FERRARI, Anderson. Estranhamentos e homossexualidades: professores homens nos anos iniciais e educação infantil. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 15, n. 32, p. 521-535, 2021. <https://doi.org/10.22420/rde.v15i32.1183>

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1975.

FRANÇA, Filipe Gabriel Ribeiro. “SOU GAY, SOU ALEGRE, MAS NÃO SOU BAGUNÇA!”: docência, homossexualidade e estética da existência. **Educação**, Santa Maria, v. 41, n. 2, p. 425-434, 2016. <https://doi.org/10.5902/1984644417122>

GONZAGA, Luciano Luz; PRAÇA, Andrea Velloso da Silveira; LANNES, Denise Rocha Corrêa. As representações sociais acerca do gay entre estudantes da periferia do rio de janeiro. **Revista Interdisciplinar INTERthesis**, Florianópolis, v. 11, n. 2, p. 162-182, 2014. <https://doi.org/10.5007/1807-1384.2014v11n2p162>

HINING, Ana Paula Silva; TONELI, Maria Juracy Filgueiras. Cisgeneridade: um operador analítico no transfeminismo brasileiro. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.31, n.1, p.1-15, 2023. <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2023v31n183266>

JAPIASSÚ, Hilton; SOUZA FILHO, Danilo Marcondes de. **Dicionário básico de filosofia**. 5.ed. Rio de janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. 29. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, RJ, Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

MIRANDA, Nonato Assis de; SARTORI, Thiago Luiz. Educação em direitos humanos e violência homofóbica no ambiente escolar: a percepção de diretores e diretoras. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, Florianópolis, v. 09, n. 01, p. 97–121, 2023.

<https://doi.org/10.9771/cgd.v9i1.48620>

NEVES, Francisco de Jesus; NOGUEIRA, Clebson Velasque; LEVANDOSKI, Gustavo. Retrato das pesquisas científicas sobre bullying homofóbico no Brasil. **Revista Humanidades e Inovação**. Palmas, v.11, n. 4, p.59-72, 2024. Disponível em: <
<https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/8971>>. Acessos em 0 jul 2025.

OLIVEIRA, Xênia Ferreira de; GODOI, Marcos Roberto; SANTOS, Luciene Neves. A opinião dos professores de educação física do ensino médio sobre a homossexualidade e a homofobia na escola. **Pensar a Prática**, Goiânia, v. 17, n. 4, p. 1-17, 2014.

<https://doi.org/10.5216/rpp.v17i4.31368>

PAGANINI, Gretel; AUGUSTO, Antônio J. *Reflexões sobre o termo escola no contexto das artes*. In: **Anais do 14º Colóquio de Pesquisa do PPGM/UFRJ – Educação Musical e Musicologia**, vol. 1. Rio de Janeiro: PPGM-UFRJ, 2016. p. 143–152. Disponível em: <
<https://ppgm.musica.ufrj.br/wp-content/uploads/2016/12/15-reflexc3b5es-sobre-o-termo-escola.pdf>> Acessos em 04 jul 2025.

203

PRADO, Vagner Matias do; RIBEIRO, Arilda Ines Miranda. Escola, homossexualidades e homofobia: rememorando experiências na educação física escolar. **Revista Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v. 24, n. 1, p. 97-114, 2016. <https://doi.org/10.17058/rea.v24i1.7049>

RIOS, Pedro Paulo Souza; DIAS, Alfrancio Ferreira; BRAZÃO, José Paulo Gomes. “Lembro-me de querer andar durinho, como se diz que homem deve ser”: a construção do corpo gay na escola. **Revista Exitus**, Santarém, v. 9, n. 4, p. 775-804, 2019.

<https://doi.org/10.24065/2237-9460.2019v9n4ID1033>

SANTOS, Adelaine Ellis Carbonar dos; ORNAT, Márcio José. Espaço escolar, homossexualidades e homofobia. **Geografia Ensino & Pesquisa**, Santa Maria, v. 18, n. 2, p. 97-108, 2014. <https://doi.org/10.5902/2236499413651>

SANTOS, Danilo Nobre. Formação de professores e homossexualidade: aspectos do e para o trabalho na escola. **Revista do Instituto de Políticas Públicas de Marília**, Marília, v. 6, n. 2, p. 127-139, 2020. <https://doi.org/10.36311/2447-780X.2020.v6.n2.09.p127>

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2014.

SETTON, Maria da Graça Jacintho. A teoria do habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, v.20, p.60-70, 2002. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782002000200005>

SILVA, Patrick dos Santos; HERNECK, Heloisa Raimunda; FILHO, Jairo Barduni. Vivências cotidianas de estudantes gays e não gays: masculinidades em disputa. **Ambivalências**, São Cristóvão, v.11, n.21, p. 61-79, 2023. <https://doi.org/10.21665/2318-3888.v11n21p61-79>

SOARES, Zilene Pereira; MONTEIRO, Simone Souza. Formação de professores/as em gênero e sexualidade: possibilidades e desafios. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, v. 35, n. 73, p. 287-305, 2019. <https://doi.org/10.1590/0104-4060.61432>

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Apenas metade das escolas públicas têm projetos para combater racismo no Brasil**. 2023. Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/noticias/apenas-metade-das-escolas-publicas-tem-projetos-para-combater-racismo-no-brasil/>. Acesso em: 04 ago. 2025.

WHITTEMORE, Robin; KNAFL, Kathleen. The integrative review: updated methodology. **Journal of Advanced Nursing**. Bethesda, v.52, n.5, p.546– 553, 2005. <https://doi.org/10.1111/j.1365-2648.2005.03621.x>

Recebido em: 19/08/2025

Aprovado em: 30/12/2025